

Saldo volta a superar marca do trilhão

GAZETA MERCANTIL

25 JUL 2006

Tesouro pretende reduzir a 40% no fim do ano parcela atrelada a títulos pós-fixados

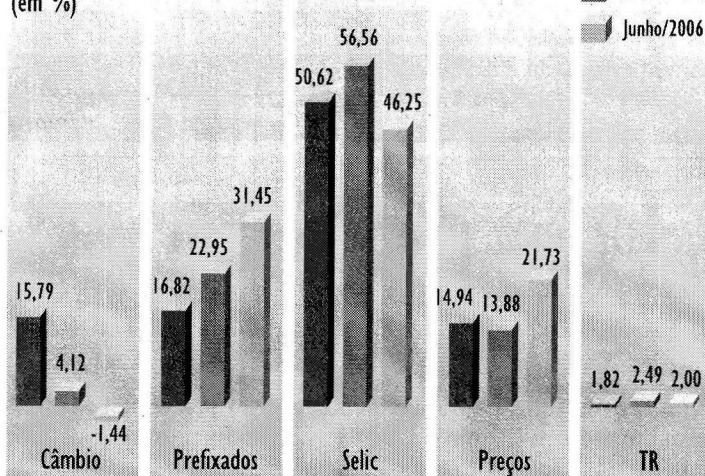
FERNANDO NAKAGAWA
BRASILIA

A dívida interna brasileira voltou à casa do trilhão de reais no fim do primeiro semestre, depois de dois meses de queda. Com a diminuição da volatilidade no mercado internacional, o Tesouro Nacional voltou a emitir papéis, e o mês passado terminou com emissão líquida de R\$ 6,5 bilhões. Assim, a dívida mobiliária fechou em R\$ 1,016 trilhão, valor 1,7% superior ao registrado em maio. Nos seis primeiros meses do ano, o crescimento nominal do débito foi de 3,72%.

Segundo o coordenador de Operações da Dívida Pública do Tesouro, Manuel Augusto Silva, a volatilidade nos mercados estrangeiros continua a in-

DANÇA DOS INDEXADORES

Composição da DPMFI por indexadores (em %)



Fontes: Banco Central e Centro de Informações da Gazeta Mercantil * Após Swap

fluenciar a gestão do débito no Brasil. “O Tesouro Nacional foi mais conservador em junho para não pressionar o mercado”, disse Silva, referindo-se, por exemplo, à possibilidade de emissão de títulos prefixados em volume maior do que o realizado. “Continuamos sendo influenciados pelo mercado externo, ainda bastante volátil.

Mas, ante maio, houve melhora das condições do mercado interno, e o grau de incerteza diminuiu”, acrescentou.

A diminuição do nervosismo entre os investidores permitiu que a parcela da dívida prefixada voltasse a crescer, de 29,55% para 31,45%, entre maio e junho. Já a participação dos papéis pós-fixados caiu de

48,33% para 46,52%. Para Silva, os números demonstram que a gestão da dívida voltou a ficar em linha com o Plano Anual de Financiamento (PAF). No mês passado, houve emissão de R\$ 18,245 bilhões em Letras Financeiras do Tesouro (LFT), papéis pós-fixados atrelados à taxa Selic, para fazer frente ao vencimento de R\$ 25,603 bilhões.

Silva repetiu o discurso do secretário do Tesouro, Carlos Kawall, de que o ano terminará com parcela próxima de 40% da dívida interna atrelada à taxa Selic. “Muito perto do limite inferior do PAF, de 39%”, disse o coordenador.

Mas ele admitiu que a volatilidade pode alterar a programação. A expectativa de 39% é otimista e leva em conta o retorno a uma certa normalidade. O teto, em 48%, é para um ambiente pessimista. Se as condições voltarem a piorar, o ano poderá terminar com percentual intermediário entre as duas marcas, em um quadro considerado “básico” por Silva.